

SUMÁRIO

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>O compliance e a nova Lei de Licitações</i> Murilo Alves de Carvalho	15
<i>A argumentação como recurso indispensável à formação do profissional do Direito</i> Tadeu Luciano Siqueira Andrade	33
<i>A imagem como um direito da personalidade autônomo</i> Leonardo Estevam de Assis Zanini	47
<i>Usucapião coletiva: a importância dos movimentos sociais para regularização da propriedade em centros urbanos</i> Ingrid Elise Scaramucci Fernandes	73

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Desapropriação por utilidade pública. Acolhimento do laudo judicial. Perito nomeado pelo Juízo. Imparcialidade e equidistância das partes.</i> ApCiv 0005796-53.2009.4.03.6105 Juiz Federal Convocado Renato Becho	97
<i>Contrato administrativo. Execução contratual. Multa. Vinculação ao instrumento convocatório da licitação. Ausência de condição apta a justificar o não cumprimento do contrato.</i> ApCiv 0000011-18.2015.4.03.6100 Desembargadora Federal Mônica Nobre	108
<i>Militar temporário. Reintegração. Acidente em serviço. Lei nº 13.954/2019. Nexo causal. Manutenção às fileiras. Tratamento de saúde. Comprovação. Recuperação da lesão. Ocorrência. Ausência de invalidez.</i> ApCiv 0000271-89.2015.4.03.6005 Desembargador Federal Wilson Zauhy	112

Mandado de Segurança. Regime de previdência complementar. Servidor que ingressou no serviço público até a data da publicação da respectiva lei instituidora do RPC. Servidor público federal egresso de outro ente da federação mas sem solução de continuidade no serviço público.

ApelRemNec 5003734-61.2018.4.03.6000

Desembargador Federal Peixoto Junior 129

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação de usucapião extraordinária. Imóvel urbano. Residencial Ilhas Canárias. Caraguatatuba/SP. Terreno de marinha. Alegação de bem público. Ônus da prova. Prescritibilidade. Comprovação do exercício da posse mansa e pacífica, com "animus domini", por prazo superior a 15 anos.

ApCiv 0008472-82.2006.4.03.6103

Desembargador Federal Carlos Francisco 137

Dano ambiental. Área de preservação permanente no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Ilha Solteira.

ApCiv 0000330-84.2010.4.03.6124

Desembargador Federal Mairan Maia 147

Mandado de Segurança. Superintendente Regional do INCRA. Certificação do georreferenciamento de imóvel rural. Impossibilidade. Sobreposição com a reserva indígena Kadiwéu. Demarcação homologada por decreto presidencial. Ausência de direito líquido e certo do impetrante.

RemNecCiv 0001033-74.2016.4.03.6004

Desembargador Federal Valdeci Dos Santos 173

Imunidade. Entidade sem fins lucrativos. PIS. Requisitos do art. 14 do CTN e da Lei nº 12.101/2009, atualmente da Lei Complementar nº 187/2021. Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Apresentação. Cumprimento. Pedido subsidiário de exclusão de honorários. Não cabimento.

ApCiv 5004977-31.2018.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 185

DIREITO PENAL

Receptação. Materialidade e autoria demonstradas. Uso de documento falso. Aplicada a consunção. Dosimetria da pena. Agravante disciplinada no art. 62, IV, do CP afastada, de ofício. Pena redimensionada.

ApCrim 0008671-78.2013.4.03.6000

Desembargador Federal Paulo Fontes 195

Contrabando de cigarros. Uso de rádio transceptor. Atividade clandestina de telecomunicação. Dosimetria das penas. Majoração das penas-base do crime de contrabando. Grande quantidade de cigarros. Mantido o regime inicial de cumprimento das penas em semiaberto.

ApCrim 0002445-80.2015.4.03.6002

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 205

Tráfico transnacional de drogas. Autoria. Réu estrangeiro. "Mula". Dolo. Comprovação. Dosimetria. Justiça gratuita.

ApCrim 0000101-81.2019.4.03.6004

Desembargador Federal André Nekatschalow 225

Peculato eletrônico. Artigo 313-A do CP. Absolvição imprópria. Artigo 26 do CP. Materialidade. Autoria. Dolo. Imputabilidade. Incapacidade superveniente. Suspensão do processo. Artigo 152 do CPP.

ApCrim 5004788-67.2019.4.03.6181

Desembargador Federal Maurício Kato 235

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria especial. Necessidade de afastamento do beneficiário das atividades laborais nocivas. Tema 709 do STF. Recurso Extraordinário nº 791.961/PR. Representativo de controvérsia. Juízo de retratação positivo.

ApelRemNec 0000764-20.2013.4.03.6140

Desembargador Federal Marcelo Vieira 243

Auxílio Acidente. Juízo de retratação positivo. Tema 979/STJ: possibilidade de devolução de valores recebidos somente na hipótese de erro em que os elementos do caso concreto não permitam concluir pela inequívoca presença da boa-fé objetiva. Não devolução. Erro material da Administração.

ApelRemNec 0008415-37.2014.4.03.6183

Juiz Federal Convocado Denilson Branco 246

Aposentadoria por tempo de contribuição. Sentença condicional. Nulidade. Reconhecimento de labor urbano sem registro. Início de prova material. Requisitos preenchidos para a concessão da aposentadoria.

ApCiv 0025374-76.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Ali Mazloun 253

Aposentadoria por invalidez. Requisitos. Preenchimento. Óbito do autor no curso da lide. Habilitação de herdeiros homologada. Extinção do feito sem resolução do mérito. Descabimento.

ApCiv 5006145-47.2017.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 264

Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. Exposição a agentes químicos. Habitualidade e permanência. Avaliação qualitativa. Cabimento.

ApCiv 5008967-09.2017.4.03.6183

Desembargadora Federal Leila Paiva 268

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Embargos de Declaração. Fato superveniente. Art. 493 do CPC.

EDcl ApCiv 5000411-34.2018.4.03.6134

Desembargador Federal Baptista Pereira 288

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade especial. Coletor de lixo urbano. Motorista de veículo de coleta de lixo. Agentes biológicos.

ApCiv 5008933-61.2019.4.03.6119

Desembargador Federal Carlos Delgado 299

Pensão por morte. Ação rescisória. Existência de outro dependente. Dolo processual não configurado. Erro de fato inexistente. Violação manifesta à norma jurídica acolhida. Ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário.

AR 5023368-30.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Daldice Santana 309

Pensão por morte. Acordo proferido em processo trabalhista. Reconhecimento de vínculo de emprego após o óbito do instituidor do benefício. Conjunto probatório dos autos não autoriza o reconhecimento da qualidade de segurado. Benefício indevido.

ApelRemNec 5240025-39.2020.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Nilson Lopes 329

Aposentadoria por tempo de contribuição ao deficiente. Cabimento. Atividades especiais comprovadas em parte.

ApCiv 5000944-69.2022.4.03.6128

Desembargador Federal Toru Yamamoto 336

Auxílio-doença cessado administrativamente. Perícia médica realizada depois. Período dos atrasados. Pagamento administrativo.

AI 5022288-60.2022.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 348

Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Tutela de urgência. Presentes os pressupostos legais.

AI 5023698-56.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Inês Virgínia 351

Aposentadoria por tempo de contribuição. Reconhecimento de atividade rural a partir dos 12 anos. Precedentes.

ApelRemNec 5043312-23.2022.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 355

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Execução Fiscal. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Intimação eletrônica via sistema PJE. Validade. Conselho cadastrado com perfil Procuradoria. Descumprimento em primeira instância do determinado no art. 485, § 1º, do CPC

ApCiv 5000711-16.2020.4.03.6137

Desembargador Federal Nelton Dos Santos 363

Ação Civil Pública. Cumprimento de sentença. Instituição financeira. Prazo para atendimento em fila. Determinação quanto à constatação da obrigação de fazer em posto de atendimento vinculado à agência bancária. Afastada a alegação de inobservância do título executivo judicial.

AI 5007726-17.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Marli Ferreira..... 368

Gratuidade da justiça. Revogação. Despesas processuais não pagas. Extinção do feito sem julgamento do mérito. Honorários de advogado.

ApCiv 5001010-68.2021.4.03.6133

Desembargador Federal Gilberto Jordan..... 372

Agravo Interno. Recurso de fundamentação vinculada. Desnecessidade de se aguardar o trânsito em julgado de acórdão em recurso repetitivo. Precedentes do STJ e do STF. Ausência de fundamento idôneo.

Ag ApelRemNec 5003392-21.2021.4.03.6105

Desembargador Federal Antonio Cedenho 376

Agravo de Instrumento. Intervenção de terceiros. Demanda originária de natureza previdenciária. Pleito de reconhecimento de período de trabalho especial. Impossibilidade de atingir esfera jurídica do empregador.

AI 5022044-68.2021.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 382

Conflito Negativo de Competência. Conexão entre Execução Fiscal e Ação Anulatória posteriormente ajuizada. Reunião de feitos. Possibilidade inclusive nos casos de competência delegada.

CCCV 5003980-73.2022.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete 385

Conflito Negativo de Competência. Juízos Federais das Subseções Judiciárias de Santos/SP e São Vicente/SP. Mandado de Segurança. Foro do domicílio do impetrante. Art. 109, § 2º, da Constituição da República. Aplicável. Competência fixada no momento da propositura da ação. "Perpetuatio jurisdictionis".

CCCV 5018451-94.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 389

Competência delegada. Lei nº 13.876/2019. Efeitos sobre as ações ajuizadas após 1º/1/2020. Redistribuição, pela Justiça Estadual para a Justiça Federal, dos processos propostos antes de tal data. Descabimento.

AI 5024051-96.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Herbert De Bruyn 397

Levantamento do saldo de conta vinculada ao FGTS. Autismo e transtorno do espectro autista. Doença grave não prevista expressamente pela Lei nº 8.036/1990. Possibilidade. Interpretação extensiva. Tutela ao direito fundamental à saúde.

AI 5025765-91.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 400

Conflito Negativo de Competência. Súmula 38 desta Corte. Inaplicabilidade ao caso dos autos. Controvérsia de natureza previdenciária. Mandado de Segurança impetrado para reabertura de processo administrativo e revisão de indeferimento de benefício previdenciário. Cômputo de contribuições. Artigo 176-D do Decreto nº 3.048/1999, incluído pelo Decreto nº 10.410/2020.

CCCV 5029007-58.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 406

Pedido de Suspensão de Liminar. Ação Civil Pública. Obrigação de fazer. Prestação, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos automotores no reservatório da UHE Paraibuna, diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão.

SLS 5034278-48.2022.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos..... 414

Cumprimento de sentença. Multa diária contra a Fazenda Pública. Falta de comprovação do efetivo recebimento da notificação da autoridade competente para a implantação do benefício.

ApCiv 5048913-10.2022.4.03.9999

Desembargador Federal Victorio Giuzio 424

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Embargos de Terceiro. Medida cautelar patrimonial. Sequestro. Terceiro de boa-fé. Não comprovação. Sequestro mantido.

ApCrim 5000963-71.2022.4.03.6000

Desembargador Federal José Lunardelli 431

"Habeas Corpus". Prescrição da pretensão executória. Trânsito em julgado para ambas as partes.

HCCrim 5029882-28.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Nino Toldo 440

DIREITO TRIBUTÁRIO

Execução Fiscal. Prescrição. Constituição do crédito. Entrega da DCTF. Juízo de retratação positivo.

ApCiv 0030697-53.2006.4.03.6182

Desembargador Federal Nery Júnior 451

Imposto de renda. Pessoa física. Isenção. Portador de moléstia grave. Lei nº 7.713/1988. Previdência complementar.

ApCiv 5004286-46.2020.4.03.6100

Desembargador Federal Souza Ribeiro 455

Prestador de serviços hospitalares. Recolhimento do IRPJ e da CSLL no percentual de 8% e 12%, respectivamente, nos moldes estabelecidos na Lei nº 9.249/95. Objeto social vinculado ao ramo de clínica de anestesia.

ApCiv 5000876-32.2021.4.03.6136

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo 468

Mandado de Segurança. Empregadas gestantes afastadas do trabalho presencial na forma da Lei nº 14.151/2021. Pedido inicial que visa à compensação tributária. Ilegitimidade passiva da autarquia previdenciária.

AI 5000365-75.2022.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira 473

SENTENÇAS

Procedimento comum cível. FUNAI e a Comunidade Índigena Itaguá. Pleito de reparação de danos materiais e morais causados por invasão da Fazenda Novilho por índios integrantes da referida comunidade.

5000078-27.2017.4.03.6002

Juiz Federal Fábio Fischer 479

Procedimento comum cível. Restituição de valores pagos a título de multa e direitos antidumping referentes à importação de 160 peças de tubos de aço produzidos na china.

5000115-49.2021.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 490

Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região. Ilegitimidade passiva. Ilegalidade da cobrança.

5000436-69.2021.4.03.6125

Juiz Federal Caio Cezar Maia Oliveira 494

Mandado de Segurança Cível. Natureza preventiva. Garantia do direito ao aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS incidentes os valores pagos a título de serviço às administradoras de cartão de crédito e débito.

5000596-42.2022.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 499

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região 511

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 519